

EDITORIAL

O Dossiê “Mulheres e grupos específicos no sistema penitenciário” da Revista Brasileira da Execução Penal (RBEP), se propôs a dialogar sobre a diversidade e a custódia de pessoas presas a partir da análise das legislações, da capacidade e alcance da política nacional e de ações específicas implementadas no sistema prisional. Buscou-se, ainda, dar visibilidade às produções que anunciam saberes especializados e boas práticas realizadas junto ao extrato composto por mulheres, idosos, estrangeiros, populações LGBTI, indígenas e minorias étnico-raciais, pessoas com transtorno mental, com doenças terminais e com deficiência.

O periódico reúne produções que expressam resultados de estudos e pesquisas com a finalidade de refletir sobre: (i) o aprisionamento de indígenas; (ii) questões relacionadas ao encarceramento feminino como a influência da educação escolar e os desafios referentes aos cuidados com os filhos; (iii) ações e práticas direcionadas à população carcerária LGBTI (iv) atenção à saúde da mulher presa e à prevenção da violência doméstica.

O atendimento às especificidades inerentes ao aprisionamento de grupos específicos atende as garantias previstas na Constituição, não alcançadas pela condenação ou prisão provisória, e asseguradas às pessoas privadas de liberdade. A legislação assegura a promoção do bem de todos, livre de preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, conforme dispõe o art. 3º, inciso IV da Constituição Federal.

Na mesma direção, o artigo 5º no qual estabelece que “[...] todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

Cabe destacar as recomendações que devem ser aplicadas no tratamento de mulheres presas e de grupos específicos, conforme expostos nas Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Privativas de Liberdade (REGRAS DE BANGKOK, 2010) e na Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Ministério da Justiça (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014), as quais ressaltam a urgência no enfrentamento de diversas formas de discriminação e de garantir assistência carcerária, obedecendo aos princípios da humanização e da dignidade da pessoa humana.

A partir dessas e de outras orientações, o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) tem envidado esforços para desenvolver políticas de

atenção aos grupos específicos no sistema prisional, com o intuito de dar visibilidade às populações mais vulnerabilizadas, buscando a promoção da igualdade e o fortalecimento da garantia de direitos à dignidade e, em especial, a promoção da integração social no período posterior à privação de liberdade.

Neste sentido, a publicação do Dossiê “Mulheres e grupos específicos” desempenha importante papel ao dar visibilidade às ações voltadas às boas práticas direcionadas a esse público, como também contribuir para o fortalecimento de políticas e programas que assegurem o atendimento adequado e humanizado no cumprimento da pena das mulheres e grupos minoritários.

A edição está organizada nas seções: Artigos, Relatos de Experiências, Artigos em Fluxo Contínuo e Documentos/Notas Técnicas. A seção Artigos reúne três estudos que compõem o eixo inicial do dossiê temático.

O primeiro artigo, intitulado *Cem anos de prisão: um século do aprisionamento de indígenas sul-mato-grossenses*, de autoria de Ariovaldo Toledo Penteadou Junior e Antonio Hilário Aguilera Urquiza, faz uso de pesquisa etnográfica, genealógica, documental e história de vida, em aspectos quantitativos e qualitativos. O estudo procura descrever o encarceramento de indígenas relacionados à violação de direitos que perpassam por um sistema viciado pela inconstitucionalidade por parte de alguns operadores do poder.

O segundo artigo de Josiane Pantoja Ferreira e Roberto da Silva, denominado *A educação pela ótica da mulher privada de liberdade no estado do Amapá* procura analisar a influência da educação escolar no contexto prisional feminino, por meio da realização de grupo focal. Os autores identificaram a percepção das mulheres encarceradas quanto ao processo de escolarização diante das adversidades presentes para a concretização do direito à educação.

Já o texto: *Um olhar sobre os filhos no contexto do encarceramento materno: desafios para o sistema prisional*, de autoria de Denise Santa Silva dos Santos, Climene Laura de Camargo e José Jacinto Branco Vasconcelos Raposo, analisa os desafios no cuidado aos filhos de mulheres em privação de liberdade. A pesquisa descritiva e exploratória foi realizada em duas unidades prisionais femininas no estado da Bahia, compreendendo a participação de mulheres presas, profissionais de saúde e agentes penitenciárias. Os dados apontam os principais desafios para os cuidados maternos, os entraves vivenciados pelos profissionais de saúde e pela equipe de segurança quanto à presença da criança no contexto prisional.

A segunda seção Relatos de Experiências é composta por quatro estudos, no qual procuram descrever ações e estratégias de intervenção com foco nas temáticas de mulheres e população LGBTI, conforme descrito a seguir:

O relatório, intitulado, *Atuação da Divisão de Atenção às Mulheres e Grupos Específicos (DIAMGE) no âmbito do Departamento Penitenciário Nacional* apresenta as ações adotadas pelo setor mediante a implementação de planos, projetos, pesquisas, programas e ações que visem a efetiva implementação da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional – (PNAMPE) e demais políticas voltadas ao atendimento aos grupos específicos (LGBTI, indígenas, estrangeiros, idosos, pessoas em sofrimento psíquico, pessoas com deficiência) privados de liberdade, egressos do sistema prisional ou em cumprimento de alternativas penais. A iniciativa traz a síntese das ações desenvolvidas pela divisão, no cenário nacional, e direcionadas para manutenção das garantias de direitos e da diversidade da pessoa em privação de liberdade e previstas em normativos nacionais e internacionais.

O relato: *Penitenciária Feminina de Tupi Paulista/SP e a custódia de pessoas LGBTI+*, de autoria de Eduardo Morello Ferreira, descreve as rotinas dos serviços penitenciários, as ações desenvolvidas em relação à população carcerária LGBTI custodiada na penitenciária. O autor relata como ocorrem as assistências que procuram viabilizar que procuram viabilizar o exercício pleno da cidadania e uma vivência harmônica de toda população carcerária.

O texto: *Enfrentamento da violência doméstica contra a mulher: um relato de experiência nas unidades prisionais catarinenses*, de Juliana Coelho de Campos, apresenta as ações desenvolvidas, de educação permanente, direcionadas à saúde na prevenção da violência doméstica contra a mulher. As práticas são aplicadas junto aos servidores das unidades prisionais, pessoas privadas de liberdade e seus familiares, a partir da realização de rodas de conversa, apresentações teatrais, palestras, elaboração de cartilhas e informativos sobre o tema.

A terceira produção intitulada *Grávidas e puérperas em situação de privação de liberdade: avaliação do atendimento pré e pós-parto*, de autoria de Gêssica Aline dos Santos Leal, Celina Maria Colino Magalhães e Daisy Medeiros de Oliveira Pereira, expõe relato sobre as práticas de atenção à saúde obstétrica da mulher privada de liberdade no sistema penitenciário no estado do Pará. A pesquisa traz entrevistas de mulheres grávidas e puérperas acerca da assistência à saúde e do atendimento ao parto.

Já o relato, denominado, *As contribuições de práticas corporais para a humanização e a socialização de mulheres privadas de liberdade*, de autoria de Jéssica Nervis e Silvane Fensterseifer, descreve como as intervenções a partir de expressões corporais, como danças, ginásticas, jogos e esportes podem contribuir com o processo de humanização e socialização de mulheres em privação de liberdade.

A seção, Artigos em Fluxo Contínuo, compreende dois textos com abordagens temáticas que versam sobre o regime disciplinar de presídios federais e a política nacional de trabalho para presos.

O primeiro texto, intitulado *Presídios Federais: deveres do preso e regime disciplinar*, de autoria do Juiz Federal Walter Nunes da Silva Júnior, expõe elementos da política prisional relacionados à expedição de normas quanto aos deveres do preso, o regime disciplinar, as faltas e aplicação de medidas de controle, visando o combate a infrações como fugas, motins, rebeliões ou circulação de objetos ilícitos.

O segundo artigo *Política nacional de trabalho para presos, egressos e seus direitos sociais: uma visão crítica no estado do Ceará*, de autoria de Miqueias Antony Moreira de Andrade, busca demonstrar a negligência do poder público frente ao preceito “integrador” como um dos objetivos da pena. O texto utilizou-se de pesquisa bibliográfica e de campo para descrever as narrativas de pessoas que passaram pelo sistema prisional e de profissionais do direito, o qual revela as principais questões que impedem a concretização plena da ressocialização.

Por fim, a seção Documentos e Notas Técnicas traz a Cartilha Abuso de Autoridade na Atividade Policial Penal, elaborada por comissão instituída pela Corregedoria-Geral do Depen, além de reunir conjunto de Notas Técnicas institucionais com orientações sobre os procedimentos e garantias nacionais e internacionais quanto à custódia de mulheres, pessoas LGBTI, idosas, indígenas, estrangeiros e com deficiência e, ainda, indivíduos egressos do sistema prisional brasileiro.

Boa leitura!!!

Brasília, DF, 06 de Setembro de 2021.

ELI NARCISO DA SILVA TORRES
GESILANE DE OLIVEIRA MACIEL JOSÉ
ORGANIZADORAS